



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS III - GUARABIRA  
CENTRO DE HUMANIDADE OSMAR DE AQUINO  
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

**ANA CRISTINA NOGUEIRA DA SILVA**

**PERSPECTIVAS HISTORIOGRÁFICAS SOBRE A ATUAÇÃO POLÍTICA E  
EDUCACIONAL DE DOM JOSÉ MARIA PIRES EM DIFERENTES  
LOCALIDADES NA PARAÍBA NO SÉCULO XX**

**GUARABIRA-PB  
2018**

**ANA CRISTINA NOGUEIRA DA SILVA**

**PERSPECTIVAS HISTORIOGRÁFICAS SOBRE A ATUAÇÃO POLÍTICA E  
EDUCACIONAL DE DOM JOSÉ MARIA PIRES EM DIFERENTES  
LOCALIDADES NA PARAÍBA NO SÉCULO XX**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentada ao curso de Licenciatura em  
História da Universidade Estadual da  
Paraíba, como requisito parcial à  
obtenção do título de licenciada em  
História.

Área de concentração: História e relações  
de poder

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Ms. Naiara Ferraz B.  
Alves

**GUARABIRA-PB  
2018**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586p Silva, Ana Cristina Nogueira da.  
Perspectivas historiográficas sobre a atuação política e educacional de Dom José Maria Pires em diferentes localidades na Paraíba no século XX [manuscrito] / Ana Cristina Nogueira da Silva. - 2018.  
25 p.  
Digitado.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2018.  
"Orientação : Profa. Ma. Naiara Ferraz B. Alves, Departamento de História - CH."  
1. História. 2. Paraíba. 3. Dom José Maria Pires. 4. Atuação política. 5. Atuação educacional. I. Título  
21. ed. CDD 261

ANA CRISTINA NOGUEIRA DA SILVA

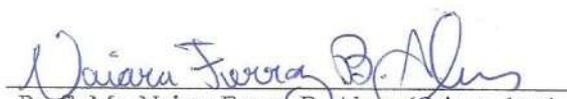
**PERSPECTIVAS HISTORIOGRÁFICAS SOBRE A ATUAÇÃO POLÍTICA E  
EDUCACIONAL DE DOM JOSÉ MARIA PIRES EM DIFERENTES  
LOCALIDADES NA PARAÍBA NO SÉCULO XX**

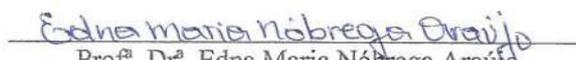
Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentada ao curso de Licenciatura em  
História da Universidade Estadual da  
Paraíba, como requisito parcial à  
obtenção do título de licenciada em  
História.

Área de concentração: História e relações  
de poder

Aprovada em: 20/11/2018

**BANCA EXAMINADORA**

  
Prof.<sup>a</sup> Ms. Naiara Ferraz B. Alves (Orientadora)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Edna Maria Nóbrega Araújo  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Simone da Silva Costa  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, SER supremo que sabe todas as coisas, por permitir mais esta grande realização em minha vida.

Aos meus pais, Maria de Fátima e Severino Nogueira por todo amor, cuidados e ensinamentos, pois o que sou é o reflexo do que me transmitiram. E por terem feito o impossível para que todos os seus filhos estudassem, apesar das dificuldades, por isso sinto-me muito orgulhosa de vocês.

Aos meus irmãos, Adriana, Ana Paula, Ademilson, e David. Por terem me proporcionado a infância mais feliz que alguém poderia ter.

À meu namorado Berg, pelo o amor e paciência que sempre me devotou. E por estar sempre ao meu lado, ajudando-me à enfrentar as dificuldades da vida. És um exemplo de companheirismo!

Às meus amigos Elisiane e Jaymisson, um exemplo de amizade verdadeira e um presente que este curso me deu. A qual, em nenhum momento me abandonou, mesmo nos mais difíceis. E por tornar esta caminhada acadêmica mais alegre e divertida.

À minha orientadora, Mestra Naiara Alves B. Ferraz, pelo sua dedicação, compreensão e orientações fundamentais na concretização deste trabalho. E por ser esta professora verdadeiramente humana.

À todos os professores, pela grande sabedoria de quem já percorreu um longo caminho. Os quais, me proporcionaram no decorrer do curso, além dos conhecimentos necessários para minha formação docente, acreditar nos propósitos da Educação.

Ao Padre José Floren, pela sua contribuição na realização deste trabalho.

À todos que contribuíram para a realização deste trabalho e aos demais que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação.

À todos, **MUITO OBRIGADA!**

## **SUMÁRIO**

INTRODUÇÃO.....	5
1 A IGREJA É PARA O POVO E PARA A PROMOÇÃO DE SEU BEM ESTAR.....	7
2 A CULTURA RELIGIOSA DE DOM JOSÉ MARIA PIRES .....	14
3 DOM JOSÉ MARIA PIRES ATRAVÉS DA VOZ DE JOSÉ FLOREN .....	18
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	21
REFERÊNCIAS .....	24
APÊNDICE .....	26

## PERSPECTIVAS HISTORIOGRÁFICAS SOBRE A ATUAÇÃO POLÍTICA E EDUCACIONAL DE DOM JOSÉ MARIA PIRES EM DIFERENTES LOCALIDADES NA PARAÍBA NO SÉCULO XX

Ana Cristina Nogueira da Silva<sup>1</sup>

[...] a fé tem sua dimensão, ela é pessoal para com Deus, para com os mistérios da religião, mas ela tem uma dimensão histórica e tem que dizer a sua palavra sobre a organização do homem na sua caminhada histórica.

(Dom Marcelo Cavalheira. Jornal Tribuna do Norte, 4 de setembro de 1983.).

### RESUMO

A proposta desta pesquisa é de analisar a perspectiva da atuação política e educacional de Dom José Maria Pires, que exerceu um cargo episcopal na Arquidiocese da Paraíba, durante o Regime Militar. A pesquisa está embasada em referências bibliográficas (em especial obras que analisam e refletem as ações de Dom José Maria Pires), fonte documentais (presentes na Cúria Metropolitana) e a entrevista com o Padre José Floren. Embora haja uma multiplicidade de fontes o que perpassa a nossa metodologia é a análise a partir do que foi produzido e do que foi deixado de ser dito, em especial, nos dados que encontramos na base documental.

**Palavras-Chave:** História; Paraíba; Dom José Maria Pires.

### INTRODUÇÃO

Uma das questões que pretendemos discutir neste artigo é a análise das relações entre as práticas ideológicas (culturais e religiosas de D. José Maria Pires, enquanto Arcebispo da Paraíba na década de 1970-90) e a sua prática política enquanto líder espiritual. Na perspectiva de uma análise historiográfica das produções selecionadas, percebemos que às mesmas discorrem sobre as ações e práticas desenvolvidas pelo Arcebispo, consideramos a construção das obras e suas bases teóricas, segundo sugere o teórico Michel de Certeau (2002). Mas, não, é, apenas um resgate das ações, essa análise pretende identificar a atuação da persona e como os autores identificam as suas práticas nas obras analisadas.

---

<sup>1</sup> Graduanda de Licenciatura em História na Universidade Estadual da Paraíba – Campus III, e-mail: [anacristinan18@gmail.com](mailto:anacristinan18@gmail.com)

Selecionamos<sup>2</sup> produções recentes sobre as práticas de Dom José Maria Pires na Paraíba, das obras de Vanderlan Paulo de Oliveira Pereira, *A EDUCAÇÃO POPULAR NA ARQUIDIOCESE DA PARAÍBA (1966-1985)*, Tese de Doutorado em Educação, na qual, analisa as *Práxis*<sup>3</sup> da Educação Popular da Arquidiocese da Paraíba, levando em consideração as ações dos agentes pastorais. Entretanto, como o tema é bastante vasto o autor delimita a pesquisa na pessoa de Dom José Maria Pires e sua atuação durante o Regime Militar. Na obra de Augusto da Silva Júnior, *Fundação DOM JOSÉ MARIA PIRES: UMA EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO POPULAR- SERRA REDONDA – PB*, Dissertação de Mestrado tem como objetivo de análise as práticas da educação da Fundação Dom José Maria Pires e suas contribuições para a Educação Popular. Na obra de Diego Pessoa Irineu de França, *A AÇÃO PASTORAL DA IGREJA CATÓLICA DE GUARABIRA NA LUTA PELA TERRA EM ALAGOA GRANDE-PB*, destaca em sua Dissertação de Mestrado uma pesquisa que consiste em compreender a Ação Pastoral da Igreja Católica de Guarabira, na luta pela terra, em Alagoa Grande. Nessas obras, os autores utilizam do personagem do Arcebispo e das práticas desenvolvidas por Dom José Maria Pires e pela a Igreja Católica para a construção de suas produções.

De acordo com a autora Alves (2012) as concepções e produções textuais adotados pelo historiador tem relação com o lugar ao qual pertence. Assim, ao analisar uma obra o historiador define os métodos para o desenvolvimento da produção e a questão da construção do texto. O “[...] espaço reflete, muito além do passado rememorados, mas direciona as conceituações e as práticas sociais do presente e sua produção.” (ALVES, 2012, p.49).

Neste sentido, é possível constatar que o historiador ao analisar uma obra não irá, apenas, recordar a produção, mas vai utilizar do seu lugar social e métodos para construir uma nova análise da obra, com isto, surge um novo espaço para atuação do historiador.

---

<sup>2</sup> Optamos por não utilizar toda uma produção acadêmica (fruto de pós-graduações) que analisam a atuação do Arcebispo Dom José Maria Pires com as discussões étnicas, esta certamente pode e deve ser o objeto de estudo de novos trabalhos, já que há sim uma boa quantidade de produções atuais.

<sup>3</sup> As primeiras noções de práxis surgiram com Aristóteles, mas foi Karl Marx o responsável pelo aprofundamento desta concepção. Práxis é um conceito básico da filosofia marxista, que remete para a transformação material da realidade. Segundo Aristóteles, a práxis é o fundamento da teoria, sendo que para Marx a teoria deve estar incluída na práxis. De acordo com a visão de Karl Marx, práxis remete para os instrumentos em ação que determinam a transformação das estruturas sociais. Marx utilizou o conceito de práxis como uma crítica ao idealismo e materialismo. O pensamento marxista descreve práxis como uma atividade que tem a sua origem na interação entre o homem e a natureza, sendo que está só começa a fazer sentido quando o homem a altera através da sua conduta.

Disponível em: <https://www.significados.com.br/praxis/> Acesso: 21/10/2018.

A partir desta concepção Certeau (2002), discorre que a História não se coloca como uma operação, pois assim limitaria sua compreensão. Mostrando que a operação histórica está relacionada com “[...] A combinação de *lugar* social, de *práticas* “científicas” e de uma *escrita* [...]” (CERTEAU, 2002, p.56). Assim, com a análise destas premissas é que o historiador começa produzir o texto.

Para este mesmo autor, na pesquisa é preciso saber o lugar e de onde se fala, que de tal modo, podemos saber o possível e impossível dentro da História. Mediante tais posturas podemos analisar a conjuntura e problemas comuns, e conseqüentemente produzir sobre os conteúdos analisados (CERTEAU, 2002). Vale ressaltar, que a interação “[...] entre *permissão* e *interdição* é o ponto cego da pesquisa histórica e razão pela qual ela não é compatível com qualquer coisa. É igualmente sobre esta combinação que age o trabalho destinado modifica-lo” (CERTEAU, 2002, p.68). A pesquisa está relacionada ao lugar que define o que é possível do impossível e define a relação do corpo (social) com a linguagem textual.

A História faz parte do sistema que foi elaborado tanto hoje quanto ontem, é localizada por produção do sistema que está inserido, o saber historiográfico deve ser produzido respeitando as relações da sociedade (CERTEAU, 2002).

O nosso trabalho está composto de três partes, seno elas: 1.A Igreja é para o povo, para a promoção de seu bem estar, onde apresentamos as propostas de ações da Igreja comandada por Dom José Maria Pires e a influência do Concílio do Vaticano II em suas ações; 2.A Cultura religiosa de Dom José Maria Pires, neste tópico apresentamos as práticas e a forma de agir do arcebispo em relação à população carente; 3. Dom José Maria Pires através da voz do padre José Floren, aqui apresentamos as experiências deste pároco em suas atividades ao lado e seguindo as ordens de Dom José Maria Pires. O texto tem o objetivo de apresentar, através de pesquisas documentais, fontes historiográficas e da entrevista o perfil e a proposta de atuação pastoral do Arcebispo paraibano.

## 1 A IGREJA É PARA O POVO E PARA A PROMOÇÃO DE SEU BEM ESTAR

Uma das questões observadas durante a nossa pesquisa e que destacamos neste trabalho é a relação entre as práticas ideológicas e a prática política de Dom José Maria Pires, levando em consideração seu cargo de líder religioso. O cargo que assumiu, ainda, no século anterior, é de importante representatividade, mas é acima de tudo uma função

religiosa, a diferença, portanto, nas ações do Arcebispo Dom José Maria Pires está na identificação de que tais ações vinculadas às práticas da Igreja Católica podiam e deveriam ser de ordem política e social. Ou seja, a Igreja é para o povo e para a promoção de seu bem estar.

O autor Vanderlan Pereira (2012), descreve em sua dissertação a biografia de José Maria Pires que nasceu em Córregos, distrito do município de Conceição de Mato Dentro, Minas Gerais, em 15 de março de 1919. Tinha uma origem humilde, seu pai, Eleutério Augusto Pires era um descendente de português e trabalhava com carpintaria, já a sua mãe descendia de ciganos e africanos, e, exercia trabalhos domésticos. Seus pais tiveram seis filhos que cresceram em uma casa bastante simples, o sentimento religioso católico foi transmitido por seu pai, que rezava com seus filhos todas as noites.

A formação sacerdotal de Dom José Maria Pires foi Tridentina e conservadora, o período de formação se dava por duas etapas: seminário menor, que se tinha uma formação básica (ginásio) e seminário maior, que era uma formação de Filosofia e Teologia. Sua formação no Seminário de Diamantina foi orientada por padres Lazaristas que davam mais ênfase aos estudos de autores com origem francesa. Particularmente, José Maria Pires dedicou-se mais a leitura do Immanuel Kant<sup>4</sup>. Nesta instituição, José Maria Pires enfrentou conflitos comunitários e enfrentou dificuldade por ser negro. Já que, no seminário a predominância era de pessoas brancas. A sua cor será uma das questões que irar perpassar por toda a sua formação e carreira. Um padre, depois um bispo negro que fará a diferença na sociedade.

Segundo Pereira (2012) a Igreja Católica era contra os escritos de Karl Marx. Existia uma campanha que difamava o sistema comunista. Os estudos sobre o filósofo estavam comprometidos por uma interpretação que nascia de um contexto de intolerância às ideias socialista. Destarte, os seminaristas estudavam estes escritos, assim, como estudavam outros autores sem aprofundamento nos estudos.

Desta forma, percebe-se que a formação sacerdotal de José Maria Pires foi bastante conservadora. Ele foi ordenado Padre, em 20 de dezembro de 1947. Iniciou sua vida sacerdotal como auxiliar na formação de novos sacerdotes no seminário de

---

<sup>4</sup> Filósofo alemão do século XVIII, **Immanuel Kant** foi uma dos principais pensadores do período moderno da filosofia. Abordando questões que abrangiam desde a moralidade até a natureza do espaço e do tempo, Kant é reconhecido particularmente por promover a reunião conceitual entre o racionalismo, que tem em Descartes seu maior expoente, e o empirismo, tal como apresentado por Hume. Desta forma reunindo o potencial da razão humana e a relevância da experiência no processo de aquisição produção de conhecimento.

Disponível em: <https://www.infoescola.com/biografias/immanuel-kant/> Acesso: 10/10/2018

Diamantina. Depois foi Vigário de Travessões dos Guanhões. Tornou-se Líder Espiritual do Povo de Curvelo, em 1947, onde exercia práticas inovadoras no meio pastoral, nessa época ele já exercia atividades sociais junto a um grupo de pessoas que davam assistência para as crianças de rua, que era conhecido como: Associação das Damas da Caridade.

Foi sagrado Bispo da Diocese de Araçuaí, no estado de Minas Gerais, em 22 de setembro de 1957, quando estava à frente desta Diocese, participou do Concílio Ecumênico Vaticano II<sup>5</sup>, que foi convocado pelo Papa João XXIII, mas devido a sua morte, em 1963, o seu sucessor Papa Paulo VI, concluiu o Concílio, em 1965. Posteriormente foi sagrado Arcebispo da Arquidiocese da Paraíba.

Destacamos que suas ações se configuram como práticas de poder exercidas de acordo com as perspectivas da Igreja Católica colocadas durante o Concílio Ecumênico Vaticano II, não há como não perceber uma preocupação com os pobres (isto pode ser observado em diversos trabalhos publicados que utilizaram e fazem citações diretas de entrevistas com o Arcebispo), mas ao mesmo tempo, se analisarmos os documentos da Igreja da época, Dom José Maria Pires cumpriu com o que lhe foi proposto em 1965. Dessa forma, muitas de suas atitudes revolucionárias, seguiam o que estava sendo proposto pela Igreja. Nas obras analisadas percebemos que as práticas desenvolvidas tanto por Dom José Maria Pires quanto pela Igreja Católica estão relacionadas com a Teologia da Libertação.

A Teologia da Libertação foi um fenômeno que se expandiu na América Latina a partir de 1960. Era caracterizado por ter uma aproximação com os escritos marxistas e por ajudar nas lutas populares nos lugares onde havia problemas sociais. A teologia não estava presente apenas nas ações da Igreja Católica, ela era trabalhada também nos meios acadêmicos e nos espaços políticos, quem assumia na defesa da teologia eram por vez perseguido, devido ao Regime Militar (FRANÇA, 2014).

Na obra de Pereira (2017), destacamos que o autor utilizou fontes (documentos), memórias (interlocutores) e interpretações de tais itens, que optou por usar mais de um tipo de fonte, pois assim obteve a possibilidade de cruzar as informações, na qual, lhe deu

---

<sup>5</sup> Concílio do Vaticano II: Concílio Ecumênico da Igreja Católica, foi convocado no dia 25 de Dezembro de 1961, através da bula papal "*Humanae salutis*", pelo Papa João XXIII. Este mesmo Papa inaugurou-o, a ritmo extraordinário, no dia 11 de outubro de 1962. O Concílio, realizado em 4 sessões, só terminou no dia 8 de dezembro de 1965, já sob o papado de Paulo VI.

Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Conc%C3%ADlio\\_Vaticano\\_II](https://pt.wikipedia.org/wiki/Conc%C3%ADlio_Vaticano_II) Acesso:10/10/2018.

uma via de interpretação. O autor analisa a Ação Pastoral como uma prática de Educação Popular e buscou refletir e entender as lacunas e a multiplicidade de experiências presentes nestas práticas.

Segundo Pereira (2017), a Educação Popular na Paraíba foi marcada por personagens que permitiam a inserção de grupos que estudaram à margem da sociedade. Muitos agentes de pastorais da Igreja Católica se comprometeram em uma “*práxis*” de uma educação libertadora, que ajudava a sociedade (principalmente o povo oprimido) e a deixava mais preparada para enfrentar os problemas sociais. Além de ajudar a entender a conjuntura política do país. Assim conseqüentemente, o povo se tornou mais articulado para enfrentar os anos do Regime Militar.

A Teologia da Libertação ajudou em alguns segmentos da Igreja Católica, como por exemplo, no fortalecimento das práticas pastorais. Na Paraíba Dom José Maria Pires utilizou muito desta teologia, “A compreensão de Dom José sobre a Teologia da Libertação é a de que ela tem por objetivo libertar o ser humano por inteiro” (PEREIRA, 2017, p.75). Portanto, vemos que a Teologia da Libertação para o Arcebispo era voltada em ajudar o povo a conseguir sua autolibertação. Podemos compreender esta libertação não é apenas espiritual, mas também é uma libertação de que o ser humano seja o condutor da sua vida.

A Igreja Católica ficou mais comprometida com a libertação dos oprimidos e na defesa dos Direitos Humanos a partir do encontro da Teologia da Libertação e os métodos das obras de Paulo Freire, que por meio da Educação Popular contribuindo no desenvolvimento das Comunidades Eclesiais de Bases (CEBs) e de outras pastorais (PEREIRA, 2017).

De acordo com França (2014) as CEBs não seguiam o modelo rígido como os outros movimentos da Igreja Católica. E eram caracterizadas por serem uma organização comunitária que atuava em comunidades camponesas, urbanas e indígenas, ela estabelecia uma relação entre o cotidiano dos indivíduos e o evangelho. Nesta organização os problemas do povo não eram apenas constatado, mas era preciso compreender os problemas e depois se organizar para resolver a situação.

Nessas comunidades era enfatizado para os integrantes a valorização da cultura e da história do povo, ou seja, os agentes pastorais partiam do cotidiano da comunidade para desenvolver ações pastorais que pudessem ajudar o povo em seus problemas sociais. Com isso, destacamos que as ações ajudavam os indivíduos a conduzirem sua autolibertação. Convém, destacar que a libertação dos indivíduos não está ligado apenas

com a economia e o meio social, mas também com o psicológico, pois, é, por meio da libertação que se modifica o indivíduo. Portanto podemos compreender que,

A teologia da Libertação é a expressão teórica dessas forças sociais eclesiais que atuam junto aos pobres, às mulheres, junto aos negros, juntos aos índios, juntos aos jovens, juntos aos operários e assim por diante. Então aonde havia luta popular havia essa Igreja na base. (SILVA JUNIOR, 2014, p. 37 *apud*. CALADO, 2014, 72)

De acordo com Pereira (2017), a convivência em comunidade possibilitava que o povo interpretassem o momento político do país. Assim o autor destaca, em sua pesquisa, que as pessoas que passaram por ações desenvolvidas por movimentos eclesiais, tinham mais compreensão sobre a política. Outro fato relevante é que a Igreja Católica incentivava nas camadas populares que os indivíduos descobrissem seu valor perante a humanidade. No modelo de convivência em comunidade, a base eclesial instruíu os sujeitos a participarem do modelo que possibilitava a compreensão de uma emancipação, ou seja, capacitavam os sujeitos para que se tornassem independentes.

Como destaca Pereira (2017), na Igreja Popular era proposto a ideia que o povo fosse protagonista de sua história, ou seja, que o povo por meio de sua capacidade conseguiriam sua autolibertação. Neste novo modelo de Igreja o papel do agente pastoral foi redefinido, portanto o agente passou a atuar de forma diferente. As suas práticas se adaptaram ao ritmo de aprendizado do grupo, mesmo que o agente considerasse o oposto de suas práticas. Assim, o agente passou a conviver com as práticas cotidianas do grupo e, conseqüentemente, estava propenso a aprender com o grupo. Devido ao fato de que o agente era um intelectual, as pessoas da comunidade também estavam propensas a adquirir conhecimento. Os pobres e oprimidos na Teologia da Libertação são os condutores de sua própria libertação. Deste modo, os pobres deixavam de serem marionetes nas práticas do Estado, da Igreja, e entre outras instituições.

A Igreja na Popular foi utilizando e se apropriando da produção da teoria e metodologia da Teologia da Libertação para desenvolver e melhor se organizar nas práticas e nas formações dos protagonistas. Podemos dizer que a Igreja na Popular estava comprometida com as lutas. Para apoiar as lutas populares utilizou da Educação Popular, que ajudava na conscientização crítica do povo.

Mediante a tais considerações vemos que o autor França (2014), discorre em sua obra, que a Igreja Católica da Diocese de Guarabira ajudou na luta pela terra e na luta dos assalariados da cana de açúcar, no município de Alagoa Grande, por meio da conscientização e de ações pastorais com fundamentação na Teologia da Libertação.

Antes da Diocese de Guarabira se tornar autônoma foi criada a Região Episcopal do Brejo, em 1975, composta por 23 municípios, o responsável em auxiliar esta região era Dom Marcelo Cavalheira. Para auxiliar os trabalhadores rurais nas lutas pela terra surgiu “A Pastoral Rural foi um dos mecanismos pensados pela Igreja Católica para poder estar próxima agir em favor dos problemas do povo, em especial, do povo oprimido pela desigualdade da distribuição da terra” (FRANÇA, 2014, p.66). Para o autor a Igreja, em Guarabira, deu os princípios da autoliberdade para o povo, mas essa classe oprimida alcançou seus objetivos porque era engajado na luta para conseguir seu direito.

Conforme França (2014), para se entender a luta pela terra em Alagoa Grande, levando-se em consideração a atuação da Ação Pastoral promovida pela Igreja Católica de Guarabira, o autor considera dois elementos como sendo fundamentais: o primeiro se refere ao fato da expansão canavieira e pecuária (incentivada pelo Estado) ter promovido a espoliação dos trabalhadores do campo e conseqüentemente gerado um aumento do conflito por terras; já o segundo elemento trata-se da mobilização/resistência dos trabalhadores que a Igreja Católica (arquidiocese de Guarabira) organizou.

A luta pela terra, em Alagoa Grande, é desencadeada devido ao conflito entre o capital canavieiro e pecuarista e a classe trabalhadora, que instalou-se em muitos municípios paraibano. Alagoa Grande sofreu mudanças a partir da década de 1970, devido ao investimento do Estado através do Proálcool e SUDENE, que influenciou a expansão do plantio da cana de açúcar e da pecuária, que conseqüentemente desencadeou uma série de problemas relacionados com a terra (FRANÇA, 2014).

Segundo França (2014), as entidades organizadas pela Igreja Católica (em Guarabira), não tinha o intuito de ser protagonista das lutas populares, mas buscavam promover no meio popular uma conscientização libertadora, pois, assim os indivíduos conseguiriam sua própria libertação.

O autor Silva Junior analisa em sua obra a Fundação Dom José Maria Pires, na qual, o autor destaca, que existiu duas experiências que antecederam a Fundação que foram: o Seminário Rural e o Centro de Formação Missionária (CFM), ambos tiveram o apoio de Dom José Maria Pires e o padre e teólogo, José Comblim. O padre José Comblim, desenvolveu a Teologia da Enxada que tinha como metodologia a inserção de estudantes seminaristas no cotidiano rural. De acordo com Silva Junior, esta teologia foi sistematizada em duas partes, “[...]A primeira consistia em sintetizar o pensamento popular sobre o tema escolhido. A segunda em anunciar a revolução bíblica e da Igreja

Católica em fase desse pensamento popular como evidência Comblim.” (SILVA JUNIOR, 2014, p. 53)

O Seminário Rural tinha o propósito de formar padres e missionários para atuar nas comunidades de base rural, mas não era para assumir as paróquias. Embora fosse voltado para uma experiência inovadora, tinha o incentivo e o apoio de Dom José Maria Pires e alguns Bispo do Nordeste. O seminário era caracterizado por unir uma formação sacerdotal a uma formação missionária. Assim, o “[...] Seminário Rural era, para alguns, uma possibilidade “menos burocrática” de conseguir uma ordenação sacerdotal, haja vista as dificuldades imposta pelas Congregações Religiosas e pelos Seminários Diocesanos.” (SILVA JUNIOR, 2014, p. 61).

Silva Junior (2014) afirma que, Dom José Maria Pires informou a Roma do Seminário Rural, por meio do relatório quinquenal, mas Roma repudiou a iniciativa por não atender o currículo e a práxis exigida na formação dos seminaristas que é determinada pelo Sagrada Congregação para Educação Católica. Como consequência da decisão de Roma, o nome do Seminário Rural mudou para Centro de Formação Missionaria (CFM), deste modo o centro ficou mais livre das exigências de Roma.

Entretanto, o Centro continuou com suas práticas embasada na Teologia da Enxada formando missionários. Conforme França (2014), discorre que os métodos freireano também foram utilizados no Centro, pois para desenvolver uma Educação Popular era preciso das metodologias das obras de Paulo Freire. A teologia da Enxada tem muitos incidentes com a Educação Popular. Contudo, podemos compreender que,

A Teologia da Enxada, do Pe. José Comblim e seus demais protagonistas, pode ser compreendida como experiência formativa protogonizadora por jovens inseridos em comunidades pobres da zona rural do Nordeste brasileiro, incentivados por uma missão político-teológico considerado como uma experiência por seus princípios, concepções, métodos e práticas tanto na formação destes sujeitos quanto em suas atuações enquanto agentes pastorais. (SILVA JUNIOR, 2014, p. 89)

Segundo o autor está teologia é inteiramente ligadas ao povo nordestino por ter surgido no meio de uma práxis educativa com interação com a classe popular por meio de sua cultura, valores e cotidiano, pois com tais posturas se configurou a teoria da Teologia da Enxada, que foi além de sua práxis, já que, desenvolveu uma educação libertadora embasada nos princípios cristãos que valorizam a vida humana.

França (2014), ressalta que a similaridade nas obras do Padre José Comblim e Paulo Freire se dá por da Educação Popular, pois ambas tem um processo de humanização

dos indivíduos. A educação, portanto, é um processo contínuo que se apropria da realidade do povo e educa os indivíduos, ou seja, “[...] um projeto de educação popular cujo horizonte mira a humanização crítica e participativa” (SILVA JUNIOR, 2014, p.120). Em que a Educação zela pela a singularidade processuais do povo.

Tanto a Teologia da Enxada quanto a Educação Popular foram geradas sob um lastro de teorias e práxis, não necessariamente nesta ordem, porém consolidadas em campo diversificados. A primeira no âmbito teológico, a segunda no âmbito educativo, mas ambos coordenado, irmanados pela mesma perspectiva de contribuir na emancipação humana dos excluídos. Podemos inferir a partir desta comparação que as duas tem afinidades, embora haja em suas teorias/práxis de divergências que as tornas específicas, mas as duas tem pensamentos e metodologia que procura ajudar os indivíduos na autolibertação.

## 2 A CULTURA RELIGIOSA DE DOM JOSÉ MARIA PIRES

A partir dos resultados da pesquisa realizada durante a nossa atuação no projeto PIBIC<sup>6</sup>, que baseou-se em referências bibliográficas (em especial, teses e dissertações que contextualizam e tratam da vida e obra do Arcebispo), fontes documentais (presentes no Arquivo da Cúria Metropolitana), e a entrevista com o Padre José Floren (Belga que chegou à Paraíba, através de um convite do Arcebispo Dom José Maria Pires para trabalhar na evangelização das populações do interior do Estado da Paraíba). Nossa proposta se configura como uma análise e identificação da cultura política<sup>7</sup> exercida pelo Dom José Maria Pires na Paraíba.

O arquivo com as fonte primárias (Arquivo da Cúria Metropolitana), trata-se de um arquivo particular pertence a instituição Católica, apesar de aberto ao público e de estar disponível para consulta, tudo é questionado e vigiado, mesmo, assim, entre o que

---

<sup>6</sup> ALVES, Naiara Ferraz B. **Análise da cultura religiosa e da valorização da ação comunitária através das pastorais, promovida pelo Arcebispo D.José Maria Pires na Paraíba:** - décadas de 70 e 80 do século XX -. Projeto PIBIC, UEPB (2017-2018).

<sup>7</sup>“Criado na década de 1960, no âmbito da Ciência Política, o conceito de cultura política foi configurado inicialmente por Gabriel Almond e Sidney Verba (KUSCHINIR, 2007, p. 19 *apud* GUEDES, 2012 ). A proposta original era formatar um conceito cujo manejo permitisse a combinação das perspectivas sociológica, antropológica e da Psicologia social no estudo dos fenômenos políticos.” (GUEDES, 2012, p. 36).

está disponível podemos trabalhar com registros manuscritos referentes às Visitas Pastorais realizadas pelo Bispo na década de 1960. Trata-se de um conjunto documental com mais de 13 Termos de Visitas, onde o Bispo descreve as atividades realizadas, em especial de ação pastoral (como profissão de fé) e suas impressões sobre as paróquias em que esteve presente.

A partir desta documentação identificamos a importância do Bispo para com as lideranças políticas locais das paróquias visitadas, já que nomeia a presença de líderes da região em várias de suas atividades destinadas às atividades eclesiais. Todo o poder simbolizado pelo cargo (apesar de eclesial) é observado na presença dos prefeitos e demais políticos locais, Dom José Maria Pires conviveu com práticas diferentes de cultura política, desde as relações com os coronéis latifundiários, aos políticos populistas (que se utilizavam do clientelismo), aos políticos de carreira que seguiram as ordens do Regime Militar como o governo de João Agripino (1965-1971). Ele se adaptou as formas e as práticas da política local, em prol das suas ações pastorais.

A Arquidiocese da Paraíba foi representada, entre os anos de 1966 a 1995, por Dom José Maria Pires. As suas ações como representante da Igreja Católica foram além das práticas episcopais. Dom José Maria Pires, sabia da importância política de seu cargo e soube utilizar a sua representatividade e toda a sua simbologia como uma forma de atuar socialmente e politicamente na Paraíba dos anos de 1970, lutando por aquilo que considerava correto, ao mesmo tempo, em que seguia as normas do Concílio Ecumênico Vaticano II. Ele foi um Arcebispo engajado com a Ação Pastoral, em especial, com relação às pessoas, consideradas mais carentes.

De acordo com Pereira, o Concílio do Vaticano II, na visão do papa João XXIII propunha um processo de reformatização e *aggiornamento* (atualização), ou seja, era o momento da Igreja Católica se posicionar com assuntos relacionados com política e economia. E não somente com assuntos relacionados a doutrina. Assim o “[...] Concílio, pela primeira vez na história, era “dogmático” sem combater nenhuma heresia” (PEREIRA, 2012, p.56). Era voltado para debater assuntos relacionados com a sociedade e seus problemas.

Segundo Beozzo (2015), o papa assumiu o compromisso de renovar as práticas da Igreja. A perspectiva deste Concílio era de se orientar no passado Jesus de Nazaré, a serviço do povo e, conseqüentemente, reavivar esta perspectiva para o presente, também tratou da modernidade e suas conseqüências. Pois para o papa a Igreja Católica precisava

se preocupar com os problemas que estava ocorrendo na sociedade. E é nesta perspectiva, que Dom José Maria Pires, identificou a Igreja da qual gostaria de fazer parte e contribuir.

Enquanto a maioria dos Bispos estavam fora, devido ao Concílio, no Brasil configurava-se o Golpe Militar de 1964: “[...] o golpe de 64 significou mudanças muito mais profundas e estruturais na organização sócio-político-econômico do país, na medida, que, foi o responsável pelo fim do Estado Populista e pela implantação de uma nova forma de Estado: o Estado Autoritário [...]” (CITADINO, 2006, p.115-116). Conforme Christillino (2016), uma das principais bases de apoio ao Golpe de 1964 foi o latifúndio. No início dos anos 1960, os focos de tensão no campo aumentavam de norte a sul no Brasil. Crescia o questionamento do latifúndio e também a pressão sobre as arcaicas relações de trabalho, vinculadas, ainda ao desfecho do sistema escravocrata, que oprimia o campesinato.

Em meios aos conflitos gerados pela Ditadura Militar que Dom José Maria Pires chega à Arquidiocese da Paraíba um ano após sua nomeação, em 26 de março de 1966. Ele não se limitou em ficar restrito ao ambiente da sede Oficial do Arcebispo, no Palácio do Bispo. O líder religioso utilizou das propostas do Concílio do Vaticano II, para encontrar uma forma de auxiliar o povo. Foi através da Ação Pastoral, que suas ações conseguiram ter um caráter de auxílio aos cristãos vinculado às questões sociais além da perspectiva educativa e vigilante já empregada pela Igreja.

Dom José Maria Pires juntos com outros agentes pastorais criou a Ação Pastoral Arquidiocesano (APA) a atuação dessa pastoral era mais geral, criou também a Pastoral Especial, que separada em quatro grupo de atuação que tinha uma preocupação com as pessoas mais necessitadas, onde se pode ver a opção de Dom José Maria Pires do centro para margem (PEREIRA, 2017). Portanto, é desta comissão da Pastoral Especial, que surge a Ação Pastoral Igreja Viva, que se destaca pela forma de agir, pois sua principal ação era voltada para refletir sobre os diversos temas do cotidiano das pessoas.

Segundo Pereira (2017), para Dom José Maria Pires a Ação Pastoral Igreja Viva significava o modo de pensar e de fazer Igreja após o Concílio, pois Igreja era o povo.

Para o Arcebispo a Igreja deveria valorizar as pequenas comunidades, já que elas também fazem parte desta Instituição Católica, esta Ação Pastoral agia nas comunidades populares. A Igreja Viva nasce sob o impulso conciliar e a necessidades de revisão da prática pastoral Arquidiocesana (PEREIRA, 2017).

Portanto, podemos observar essa valorização das pequenas comunidades na obra de França (2014)<sup>8</sup> que trabalha na sua dissertação com a relação entre a Igreja e as questões em torno da terra, na região geográfica que abrange a Diocese de Guarabira (os municípios da região Agreste do Estado da Paraíba). Parte do princípio de que a Igreja Católica teria passado a lutar ao lado do campesinato e contra a oligarquia latifundiária. Uma opinião bem forte e determinada.

Antes de concordar integralmente com o autor, ressaltamos que na realidade estamos diante de duas questões diferentes, porém não indissociáveis. Para a Igreja uma questão seria a luta por terras para a agricultura familiar outra um embate direto com os latifundiários. Nos dois casos observamos os reflexos do Concílio do Vaticano II, mas de uma forma mais expressiva questões levantadas durante a realização das Conferências do Episcopado latino-americano – CELAM, em Medellín na Colômbia (1968) e em Puebla no México (1979). Segundo França (2014), estes eventos marcaram a nova prática da Igreja Católica: referente a uma opção preferencial pelos pobres e oprimidos, não mais numa perspectiva de caridade como era guiada a ação pastoral até então, mas com fundamento na ideia de (auto)libertação dos sujeitos (auto)organizados.

As Conferências definiram três ações/compromissos com os quais a Igreja deveria se comprometer para aderir a uma perspectiva de liberdade. O essencial seria trocar a caridade (presente desde a Igreja Medieval) por ações que promovessem a sobrevivência (liberdade), daí uma relação estreita entre esta ala da Igreja e as Lutas Camponesas, já que tendo a terra e a educação necessária para a plantação o homem pobre poderia sobreviver dela. Segundo França,

A primeira ação importante constituiu no cumprimento da “missão profética” de denunciar as graves injustiças verificadas no continente (Igreja pé no chão); (...) “evangelização conscientizadora” e “libertadora” que se fundamentasse no evangelho como texto que permitiria a luta pelos direitos e não apenas resignação diante da opressão.(...) Em terceiro lugar, exigia-se da Igreja gestos de pobreza e de mudança estrutural, pois ela não poderia assumir a defesa dos oprimidos e cumprir sua missão profética, sem estar em conformidade com as palavras do evangelho que pressupunha uma opção pelos pobres. O pobre aqui entendido teologicamente como o fruto do “pecado bíblico” que deveria ser combatido pelos cristãos (BOFF, 1980). Portanto, era necessário mais que falar em uma Igreja dos pobres, a Igreja deveria ser uma “Igreja pobre” e agir no meio dos povos oprimidos (GUTIERREZ, 1985). (FRANÇA, 2014, p. 50).

---

<sup>8</sup> FRANÇA, Diêgo Pessoa Irineu de. A ação pastoral da igreja católica de Guarabira na luta pela terra em Alagoa Grande-PB / Diego Pessoa Irineu de França. - João Pessoa, 2014. (Dissertação defendida no PPGGE/ UFPB) que destaca a ação da Igreja Católica no processo de assentamento rural na Região Agreste da Paraíba.

O texto de França (2014) passa a demonstrar através de depoimentos e entrevistas de jornais da época, como o Bispo auxiliar da, então, recém-criada Diocese de Guarabira, D. Marcello Carvalheira, atuação de acordo com a Teologia da Libertação e concordava com as posturas e perspectivas de Dom José Maria Pires em relação ao auxílio educativo dos cristãos. Conforme aponta França,

A influência da Igreja católica foi historicamente importante nas lutas dos camponeses em todo o estado paraibano. Se nos referirmos especificamente à mesorregião Agreste-PB, observaremos que a grande maioria dos assentamentos, derivados da luta pela terra, expressam as marcas deixadas pelo apoio eclesial da Igreja Católica. Essa evidência pode ser constatada facilmente ao observarmos o número de assentamentos que carregam os nomes de religiosos militantes da luta e/ou de santos cultuados pelo catolicismo popular (FRANÇA, 2014, p.57).

### **3 DOM JOSÉ MARIA PIRES ATRAVÉS DA VOZ DE JOSÉ FLOREN**

A entrevista é um recurso interessante, que resgata uma narrativa do passado, em geral, perpassada pela emoção do narrador, mas que traz as perspectivas e propostas de análises de testemunhas do processo, como no caso do Padre José Floren<sup>9</sup>, que participou de algumas Visitas Pastorais realizadas por Dom José Maria Pires à Região do Agreste e Brejo paraibano nos anos 70 e 80 do século XX.

A entrevista foi realizada na casa do entrevistado, em Solânea, o Padre José Floren (hoje atuando na cidade vizinha de Arara, no Memorial ao Padre Ibiapina), tem a nacionalidade belga e veio para o Brasil após um convite da Igreja Católica, na pessoa do Arcebispo Dom José Maria Pires que mencionou no Concílio do Vaticano II, a escassez de religiosos nas regiões interioranas do Brasil, motivando a vinda do então jovem Floren para a Paraíba. Assim Padre José Floren afirma;

Eu cheguei no Brasil foi a pedido da Igreja, a pedido também de Dom José Maria Pires, que no tempo Concílio Vaticano II andou lá para Europa, para Itália, para Roma, mas visitou também os seminários lá na Bélgica e também na França e também na Espanha, pedindo ajuda porque tinha poucos padres aqui. Então foi, foi além desse é. Por meio, desse convite, como resposta, que

---

<sup>9</sup> Entrevista realizada no dia 28/04/2018, com o objeto de entendermos a relação do Arcebispo Dom José Maria Pires com os párocos que o acompanharam em visitas pastorais.

eu me coloquei a serviço da Igreja aqui no Brasil (Trecho da entrevista com o Padre José Floren em 24/04/2018).

Segundo Floren relatou, a receptividade ao Arcebispo era plena e unânime, apesar, de suas ações atingirem, diretamente a elite latifundiária a simbologia de seu cargo religioso/político evitava possíveis conflitos e desagrvos diretos com os líderes locais, eram comuns que as visitas em cidades das regiões do Agreste e do Brejo, fossem marcadas pela presença de mais de um prefeito, em especial quando da sua chegada.

As visitas têm duas funções essenciais, uma de vistoria (como o próprio nome nos indica), a outra de ação pastoral, o que significava, desde a observação das questões internas e litúrgicas da Igreja (detalhes como a forma das capelas, a presença e a qualidade da pia batismal) quanto da congregação dos fiéis, com a comunhão, crismas e casamentos. Sua fala era em torno do progresso e desenvolvimento social, para que o homem do campo tivesse como sobreviver da terra.

De acordo com as autoras Silva e Nunes (2017), Dom José Maria Pires foi um personagem muito importante dentro contexto histórico, visto que durante o Regime Militar fez fortes críticas publicamente contra o governo regente. Mesmo sendo um líder religioso lutou ao lado dos trabalhadores rurais em conflitos de disputas de terras contra os latifundiários. Convém ressaltar que Dom José Maria Pires,

[...] manteve uma posição de radicalidade na defesa dos direitos humanos, manifestando denúncias e sentimentos de repúdio a violação de tais direitos por meio de sermões, cartas pastorais, declarações nos jornais, além de comparecer nas comunidades injustiçadas. Por esse engajamento pastoral e crítico das arbitrariedades cometidas pela classe dominante e o governo dos militares, Dom José chegou a ser intitulado por esses setores como sendo comunista e subversivo (SILVA e NUNES, 2017, p. 318)

Entre as várias ações citadas acima a nossa pesquisa se delimita nas visitas que Dom José Maria Pires realizou nas comunidades. Contudo, era nas visitas que a maioria das suas práticas religiosas e políticas se destacavam. Conforme o Padre José Floren, o Arcebispo tinha uma preocupação de visitar as Paróquias de sua Arquidiocese a cada três anos.

Acerca disso o que se destaca nas Visitas Pastorais, era o fato de que Dom José Maria Pires não as realizava, apenas para fins eclesiais, mas para verificar como se encontrava a situação de seu povo. Assim, o Padre José Floren diz que entre as principais lembranças, estava a presença do Dom José Maria Pires nas Paróquias, na média visitava cada Paróquia do estado à cada três anos, sendo recebido pelos políticos mas, voltado para a população em geral da cidade e de localidades próximas:

As minhas principais lembranças pensando hoje no passado o quê, que ficou na memória, na minha cabeça era... Dom José fez questão de visitar todas as Paróquias de três em três anos. Ele passava um final de semana nas Paróquias, passava o sábado e sexta-feira à tarde, a noite, o sábado o dia todo e o domingo até o meio-dia ou menos, passava de três em três anos em todas as Paróquias. Aí, ele fez questão de se encontrar não somente com o povo da Igreja, das comunidades, pastorais, das forças viva da Igreja, mas sempre fez questão também de se encontrar com outras lideranças na cidade, por exemplo, aqui na região zona rural, ele sempre convidou também, ô, ô, a direção do sindicato, sindicatos, dê... dos trabalhadores rurais e também os vereadores políticos na medida do possível também sempre fez questão de se encontrar e falar sobre a, a situação do povo. (Trecho da entrevista com o Padre José Floren em 24/04/2018)

Nas Visitas Pastorais Dom José Maria Pires visitava as dependências da Igreja Matriz de Guarabira, fazia uma pequena reunião com o pároco, celebrava missas, realizava a cerimônia do crisma, além de casamentos e da verificação dos livros das igrejas. No documento do Livro das Visitações Pastorais também se destaca a preocupação do Arcebispo com relação a população. Podemos perceber sua impressão quando faz uma visita a Cidade Guarabira e ao visitar um bairro afastado do centro, assim Dom José Maria Pires discorre:

Socialmente “porem” [sic], há uma situação de verdadeira miséria em alguns pontos da cidade, sobretudo no bairro do rosário. Torna-se urgente, mais urgente do que a criação das dioceses, mais “tôdas” [sic] as forças vivas de Guarabira e planejar um trabalho de preocupação social dos bairros mais pobres. Importa criar novos centros de vida religiosa e construir novas paróquias tão logo seja possível[...] (Visita Pastoral de Guarabira: 14 docs. C: a/11 A3. Pasta – 20.)

Percebe-se que, embora esteja fazendo uma visita pastoral (o que poderia ser feito, apenas, como uma visita formal da Igreja, como determinam as atividades do Bispo) a sua preocupação é maior com os problemas das pessoas pobres da cidade. Observamos no documento a determinação do Bispo que se fizesse um trabalho no âmbito social para ajudar as pessoas menos favorecida da cidade (os casebres ladeavam as cidades).

A ação iria além da missão religiosa, a Igreja deveria estar presente na casa das pessoas, na educação, e como uma promotora de auxílio ao próximo que ultrapasse o auxílio espiritual. Como ressalta Floren,

[...] Então quando o Bispo chegava ele sempre foi recebido com.... em clima de festa, em clima de festa, foi esperado assim. Depende do Vigário, da paróquia, da época também, do tempo, se era tempo bom, mas era com uma caminhada chegava assim no início da cidade, numa rua, um lugar simbólico as vezes e andava a pé com o povo para a Igreja, aí era uma palestra, assim, de boas-vindas do padre, do povo e ele também agradecendo a acolhida, aí visitava também a Igreja Matriz, mas ele sempre fez questão, fez questão também de andar na periferia da cidade para não se limitar só ao centro da

cidade. Depois até escreveram um livro com este título é juntando algumas é pregações, reflexões de Dom José e deram o dê título: do Centro para a Margem. Enton dá uma valorização a este povo que estava a margem na periferia, nas ruas mais pobres. E aqui nas visitas que eu acompanhei nas paróquias onde eu era vigário e nas cidades vizinhas, sempre ele insistiu vamos também conhecer, é, esses lugares mais afastados, vamos fazer uma visita a cadeia, vamos fazer uma visita, é, ao Sindicato e assim por diante. Então isso marcou muito também, assim. Ah! Se a gente compara com os dias de hoje tá muito diferente a nossa Igreja mudou bastante neste sentido. Aí, eu que quero agradecer o tempo que eu vivi, que eu conheci Dom José, assim, está Igreja nos anos do passado eu sinto até certa saudade deste tempo. (Trecho da entrevista com o Padre José Floren em 24/04/2018).

O Arcebispo empenhava-se em dar assistência aos mais necessitados, sempre procurava meios para desenvolver projetos que amenizassem os problemas sociais que assolava o cotidiano da população paraibana. Com relação aos projetos podemos citar como exemplo a Operação Gota d'água, Igreja Viva e o Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba. A conjuntura de suas ações, práticas, discursos e os espaços de poder utilizados pelo Arcebispo Dom José Maria Pires, demonstram que suas ações políticas são descritas como atitudes de ação em prol dos menos favorecidos, mas a partir da utilização de toda a estrutura física e simbólica da Igreja Católica, ações corajosas, mas, também, de coalização política já que deveria negociar, em muitos dos casos de luta e resistência dos homens do campo, com os donos de latifúndios.

Uma política que agradava parte da população e que exigia do Arcebispo capacidade para o diálogo com a elite Rural paraibana, e, assim, conseguiu não ser diretamente (fisicamente) atacado e garantiu (com a força de seu cargo religioso) o respeito das lideranças. Outra característica da sua atuação política/administrativa é a perspectiva pedagógica de sua atuação enquanto líder religioso.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Durante a Ditadura Militar no Brasil uma parte importante da Igreja Católica desenvolveu ações para que a sociedade pudesse enfrentar o período que estava vivendo. A Instituição passou a ser perseguida, mas também era o amparo da sociedade, ela promoveu novas práticas para que o povo tivesse condição de enfrentar esse período difícil. Nas obras bibliográficas analisadas podemos refletir acerca das práticas de Dom José Maria Pires e a forma como ele atuou na Arquidiocese durante este período.

O Arcebispo ao chegar a Paraíba inovou as práticas da Ação Pastoral, seguindo as resoluções do Concílio do Vaticano II e do CELAM, as suas ações pastorais iam além das práticas da doutrinação religiosa, podemos identificar uma espontaneidade nas suas práticas sociais. Suas ações eram destinadas para os mais pobres, o povo excluído da sociedade.

Destacamos das obras analisadas, as práticas ideológicas e políticas do Arcebispo, mas levando, sempre em consideração seu cargo, enquanto um líder religioso. Elucidando a sua atuação na Ação Pastoral Igreja Viva, que era voltada para questões sociais, na qual, desenvolvia meios para ajudar os problemas do povo.

Ao longo deste trabalho pudemos identificar que Ação Pastoral desenvolvida pela Arquidiocese da Paraíba, após o Concílio, utilizavam da Teologia da Libertação, que possibilitou que o povo excluído da sociedade buscassem sua própria libertação, e por meio desta concepção que o sujeito conseguiria alcançar seus objetivos. Conforme Pereira discorre, a Teologia da Libertação se torna mais engajada com situação do povo oprimido com o encontro das metodologia das obras de Paulo freire, por meio da Educação Popular, que parte da realidade/cotidiano da comunidade para dar os ensinamentos, ou seja, nesta metodologia o saber popular, a cultura e a história são valorizada. Portanto a Educação vai além das práxis tradicionais.

Nas CEBs que a práxis da Educação Popular se destacou haja vista que possibilitava aos seus integrantes a buscarem sua própria libertação. Nas comunidades os participantes compartilham seu cotidiano e problemas sociais. Para tanto, os espaços religiosos na Paraíba não eram apenas para apoiar espiritualmente os fiéis, mas era uma localidade, na qual, o povo podia aprender e produzir o saber popular, pois os agentes pastorais partiam da realidade e do cotidiano das comunidades para conduzir a libertação do povo.

Ao analisar a obra de França podemos compreender que a Igreja Católica, na região que corresponde a Diocese de Guarabira, contribuiu na luta pela terra. Outra concepção que merece destaque é que a Igreja instruía o homem do campo para sobreviver da terra.

Durante a entrevista com padre José Floren, podemos perceber que Dom José Maria Pires tinha um grande respeito pela a religiosidade do povo e transmitia para os padres essa admiração. Convém destacar, que o Arcebispo enfatizava para os padres e os agentes pastorais para valorização das pequenas comunidades, já que, estes povos das áreas mais afastadas também faziam parte da Igreja.

Ao analisarmos os documentos das visitas pastorais podemos inferir que Dom José Maria Pires não realizava as visitas apenas para assuntos relacionados ao sacerdócio, mas tinha uma preocupação de ver a situação das localidades visitadas. Segundo Padre José Floren, nas visitas que o acompanhou o Arcebispo insistiu em visitar os lugares mais afastados do centro da cidade, sempre que podia se reunia com representante do Sindicato Rural e também fazia pregações que refletiam a situação da sociedade.

Além de professar a necessidade da Educação para a melhoria e sobrevivência dos mais necessitados, Dom José Maria Pires, através de suas publicações oficiais: palestras e discursos proferidos sejam no púlpito da Matriz, de uma Universidade, na Rádio local, procurava instruir a população sobre os temas mais diversos possíveis. Mantinha sua ação pastoral dissertando sobre a doutrina católica e a postura dos cristãos, mas abordava questões como a relevância da Educação para a população carente.

Observamos na série documental presente no Arquivo da Cúria Metropolitana da Paraíba, intitulada: Documentação dos Bispos, Sub-série: Pronunciamentos (Artigos/Mensagens), com 487 textos produzidos pelo Arcebispo, que versam sobre uma grande variedade de assuntos, podendo ser subdivididos em cinco grandes conjuntos: 1. Questões referentes a doutrina cristã; 2. Questões sociais; 3. Opiniões sobre a conjuntura política nacional e internacional; 4. A relação entre a Igreja e a Educação; 6. Outros. Documentos disponíveis que podem e devem ser utilizados pelos pesquisadores para novas análises e referências às décadas de 70; 80 e início dos anos 90 do século XX. Textos amplamente divulgados pelo Jornal “A Imprensa”, o Jornal “O Norte” ou coletados mediante seus discursos em atividades públicas.

Dom José Maria Pires, atuou politicamente como um homem de ação pedagógica e coalização parlamentar, já que seu partido era a Igreja Católica, procurou dialogar e educar os partidos políticos para a promoção social da população carente da Paraíba. Sua liderança foi marcada por contribuir com ações, que tinham uma perspectiva voltada para promoção social dos fiéis.

#### ABSTRACT

The proposal of this research is to analyze the perspective of the political and educational performance of Dom José Maria Pires, who held an episcopal position in the Archdiocese of Paraíba, during the Military Regime. The research is based on bibliographical references (especially works that analyze and reflect the actions of Dom José Maria Pires), documentary sources (present in the Metropolitan Curia) and the interview with Father José Floren. Although there is a multiplicity of sources, what passes for our

methodology is the analysis from what was produced and what was left unsaid, in particular, in the data that we find in the documentary base.

Keywords: History; Paraíba; Dom José Maria Pires.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Naiara Ferraz Bandeira. “Construções e concepções sobre a cultura política na Paraíba republicana reflexões historiográficas.” In: NETO, Faustino Teatino Cavalcante; GUEDES, Paulo Henrique Marques Queiroz & SANTOS NETO, Martinho Guedes dos. (orgs.) **Cultura e poder Político: Historiografia, imaginário social e representações da política na Paraíba republicana**. João Pessoa: Editora Universitária – UFPB, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **O poder Simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. Lisboa: DIFEL, 1989.

BEOZZO, José Oscar. **Pacto das Catacumbas: por uma igreja servidora e pobre**. 1ªed. São Paulo: Paulinas, 2015.

CERTEAU, Michael de. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2002.

CITTADINO, Monique. **Poder local e ditadura militar: O Governo João Agripino – Paraíba (1965-1971)**. Bauru: EDUSC, 2006.

FRANÇA, Diego Pessoa Irineu de. **A ação pastoral da igreja católica de Guarabira na luta pela terra em Alagoa Grande-PB – PPG/UFPB**. João Pessoa, 2014. 149f.

GUEDES, Paulo Henrique Marques Queiroz. “A nova história do poder político e a cultura política” In: NETO, Faustino Teatino Cavalcante; GUEDES, Paulo Henrique Marques Queiroz & SANTOS NETO, Martinho Guedes dos. (orgs.) **Cultura e poder Político: Historiografia, imaginário social e representações da política na Paraíba republicana**. João Pessoa: Editora Universitária – UFPB, 2012.

SILVA JUNIOR, Augusto da. **Fundação Dom José Maria Pires: uma experiência de Educação Popular- Serra Redonda – PB**. João Pessoa, 2014.

MITIDIERO JR, M. A. **A ação territorial de uma Igreja radical: teologia da libertação, luta pela terra e ação da Comissão Pastoral da Terra no Estado a Paraíba**. (Tese de Doutorado). São Paulo: USP, 2008.

MITIDIERO JR., M, A. **Igreja, Campesinato e luta pela terra no Brasil**. Revista Geográfica de América Central Número Especial EGAL, 2011- Costa Rica II Semestre 2011.

PAIVA NETO, F. F. **A trajetória religiosa- Política do padre Luigi Pescarmona (1960-2010): entre o habitus partição e o assistencial.** (Tese de doutorado em Ciências Sociais). Orientadora. Marilda Aparecida de Menezes. Campina Grande: UFPB, 2012.

PEREIRA, Vanderlan Paulo de Oliveira. **EM NOME DE DEUS, DOS POBRES E DA LIBERTAÇÃO: Ação pastoral e política em Dom José Maria Pires, de 1966 a 1980.** (Dissertação de Mestrado em História) Orientadora: Monique Cittadino. João Pessoa – UFPB/CCHLA, 2012. 179f

\_\_\_\_\_, Vanderlan Paulo de Oliveira. **A EDUCAÇÃO POPULAR NA ARQUIDIOCESE DA PARAÍBA (1966-1985).** (Tese de doutorado em Educação) João Pessoa, 2017.

RÉMOND, René. (org). **Por uma História política.** 2<sup>a</sup>.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

Documentos:

- Visita Pastoral de Guarabira. In: Livro da Mitra Diocesana da Paraíba do Arquivo Eclesiástico da Paraíba. Fundo: Chancelaria. Série: Atos do Governo Arquidiocesano. Sub série: Relatórios. Data limite: 1976-1999/1976. Total de documentos: 14 docs. C: a/11 A3. Pasta – 20.

- Catálogo de documentos presentes no arquivo da Cúria Metropolitana da Paraíba: Produção Intelectual de Dom José Maria Pires; Série Documentação dos Bispos; Sub-série: Pronunciamentos; Artigos/ Mensagens

- Entrevista com o Padre José Floren concedida a aluna: Ana Cristina Nogueira da Silva (PIBIC), no dia 24 de abril de 2018.

Sites:

Documento: *CHRISTUS* *DOMINUS* In:  
[http://www.vatican.va/archive/hist\\_councils/ii\\_vatican\\_council/documents/vat-ii\\_decree\\_19651028\\_christus-dominus\\_po.html#](http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decree_19651028_christus-dominus_po.html#).  
 Acessado em 26/06/2018

SILVA, Janaína Gomes; NUNES, Paulo Giovanni Antonino. IGREJA CATÓLICA NA PARAÍBA: DOM JOSÉ MARIA PIRES E A RESISTÊNCIA AO REGIME MILITAR BRASILEIRO (1969-1974). In NUNES, Sandeilson Beserra (org.). **II Semana de História & II Ciclo de Debates Sobre História do Trabalho: Ensino, Democracia e Resistência Centro** - Acadêmico de História: Caderno de Programação e Artigos Completos. Guarabira: CH/UEPB – Campus III, 2017. P.316 a 327  
<http://semanadehistoriach.wixsite.com/historiauepb/anais-eletronicos> Acessado em 20/07/2018

## APÊNDICE

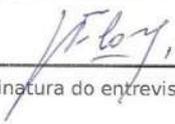


Centro de Humanidades  
Curso de História

### AUTORIZAÇÃO

Eu, Pe JOSÉ FLOREN.....  
abaixo assinado(a), autorizo **Ana Cristina Nogueira da Silva**  
(Mat.141441569) estudante do curso de História da UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DA PARAÍBA, a utilizar as informações por mim prestadas, por  
livre vontade, para a elaboração de seu Trabalho de Pesquisa PIBIC, que tem  
como título **"Análise da cultura religiosa e da valorização da ação  
comunitária através das pastorais, promovida pelo Arcebispo D. José  
Maria Pires na Paraíba: - décadas de 70 e 80 do século XX -"** e está  
sendo orientado por/pela Prof.(a.) Me. Naiara Ferraz Bandeira Alves  
(Professora do Departamento de História /UEPB).

Guarabira, 24 de abril..... de 20 18.

  
Assinatura do entrevistado